

A metapolitização enquanto fenômeno comunicativo: a ascensão da discussão política na internet e a despolitização

Vinicius Suzigan Ferraz¹

Resumo

Esse artigo visa, por meio de revisão bibliográfica, estudar aquilo que conceituamos como metapolitização enquanto fenômeno comunicativo. O conceito parece assumir três faces: técnico-midiático; imbricado à Comunicação Pública; e, por fim, um problema da luta de classes. Parece que a gênese do conceito tem relação não apenas com o surgimento, mas a partir da ascensão do advento da internet como principal forma de comunicação mediada, assim como também a influência dos recentes fatos político-econômicos, descartando, dessa forma, um possível determinismo técnico, abrangendo o objeto como pertencente da Comunicação Pública ou Política.

Palavras-chave: Metapolitização; Comunicação Social; Política; Sociedade.

Resumo

Esse artigo visa, por meio de revisão bibliográfica, estudar aquilo que chamamos de metapolitização, que nos parece assumir um fenômeno comunicativo a partir não apenas do surgimento, mas da ascensão do advento da internet como principal forma de comunicação, assim como também a influência dos recentes fatos políticos da política nacional e global, descartando, dessa forma, um possível determinismo técnico, abrangendo o objeto como pertencente da Comunicação Pública ou Política.

Palavras-chave: Metapolitização; Comunicação Social; Política; Sociedade.

Introdução

Já é lugar comum afirmar que as tecnologias de informação e comunicação mudam e continuam a mudar praticamente todas as esferas da vida social. Assiste-se a uma crescente e estimulada valorização dos processos comunicacionais como elementos essenciais da vida social contemporânea, principalmente com a chegada do advento da internet. Podemos pensar, holisticamente, em quase todas as áreas da vida onde a tecnologia desempenha força motriz vital para a sua transformação: no trabalho, a robótica e as tecnologias que desempenham papéis fundantes na agilidade laboral e a consequente substituição do trabalho do antropo pelo técnico; no consumo, o mercado cada vez mais crescente pela internet através das e-commerce e a substituição dos

¹ Bacharel em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela PUC-Campinas. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

bancos físicos pelos digitais; a comunicação e a educação e as novas formas de aprendizado à distância; na organização política, atividades militares e policiais, as novas formas de ativismo digital (ou net-ativismo) e as guerras eletrônicas.

Uma das grandes transformações que a internet propiciou nos últimos foi a troca do sujeito passivo para o sujeito ativo desse tipo de comunicação mediada. Ou seja, a partir do surgimento do que especialistas chamam de Web 2.0 - ou a internet social - os sujeitos, que antes eram apenas receptores de informação das mídias hegemônicas e também da versão anterior da internet - a Web 1.0 - se tornam também produtores de informação, o que configura uma nova era de gatekeepers culturais não tradicionais. Essa nova forma de se comunicar tem causado grandes revoluções em praticamente todos os aspectos da vida, mas, principalmente, na esfera pública e política, já que novas formas de participação surgem com o fenômeno.

Visto isso, é empírico notar que o modo de se fazer política, antes atrelado ao poder hegemônico de meios de comunicação consolidados, se torna algo subjetivo, tornando qualquer pessoa com acesso à rede em potencial agente de transformação sociopolítica. Assim, nos parece que surge uma urgência do indivíduo na rede em se posicionar perante os fatos de forma política, explicitando seus pontos de vista, mesmo que de forma equivocada e sem embasamento factual.

Junta-se a isso uma crescente insatisfação de ordem política, onde a democracia liberal vem sofrendo duros golpes ao redor do globo. Aquilo que Manutell Castells (2018, p. 5) fala sobre o rompimento do "vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos" o que remete, segundo o autor catalão, a uma crise de legitimidade política. E é exatamente nesse contexto que reside o nosso objeto de reflexão.

Então, a metapolitização enquanto fenômeno comunicativo, do ponto de vista conceitual, seria a expressão e participação política dos sujeitos históricos e interpelados pela ideologia nas novas esferas públicas surgidas com a ajuda do advento da internet e o acréscimo dessa aparente e crescente insatisfação política. Dessa forma, o fenômeno parece ter três vertentes ou faces: a técnica-midiática, que envolve estudar como as novas mídias influenciam nesse novo ato comunicativo; um problema de quem pode falar e quem deve ouvir, ou seja, um problema da luta de classes; e o terceiro sentido seria tratar isso que chamamos por metapolitização enquanto legítima da Comunicação Pública ou Política. Investigaremos mais a fundo esses três significados do conceito.

A metapolitização enquanto um sistema técnico-midiático

Um rápido olhar à nossa volta é capaz de nos mostrar que a tecnologia é uma característica pertencente às sociedades modernas, à nossa sociedade, e talvez seja por isso que ela tem esse papel social intrínseco: um “paradigma” ou “padrão” característico e embutido na existência, intrínseco à vida cotidiana. Tão intrínseco que ela passa, por vezes, despercebida. Essa relação tácita com a tecnologia faz com que exista uma carência de reflexão crítica sobre ela, ou seja, a sua onipresença dá a sensação que de que ela é algo simples e esgotada em si.

A tecnologia tem função não apenas pragmática e funcional, mas também cultural, já que, olhando através do tempo histórico, é observável a força transformadora que ela tem exercido nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Segundo Santaella (2003), as forças dessa transformação, atualmente, têm como pano de fundo o interesse do capital:

[...] se as forças do capital corporativista e os interesses políticos forem bem-sucedidos na introdução sistemática dessas novas tecnologias - da robótica ao banco de dados, da internet aos jogos de realidade virtual, então a vida social será transformada em quase todos os seus aspectos. O desenvolvimento estratégico das tecnologias da informática e comunicação terá, então, reverberações por toda a estrutura social das sociedades capitalistas avançadas (SANTAELLA, 2003, p. 23).

Mas engana-se quem pensa a tecnologia como uma entidade separada do ser humano. Ela é aspecto, produzida e visualizada como entranhada nas almas humanas, não sendo possível pensá-la fora do contexto do antrope. Assim, a percepção de que a tecnologia é um “míssil” ou uma “pedra” e a cultura e a sociedade um alvo vivo é descartada de imediato. Pierre Lévy ajuda:

As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre "a" tecnologia (que seria da ordem da causa) e "a" cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre uma grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferente formas as técnicas (LÉVY, 1999, p. 23).

Na área da Comunicação Social não é diferente e, por exemplo, o processo gera a impressão de ter sido mais rápido ainda. Com o advento tecnológico da internet e principalmente a “versão” Web 2.0², os smartphones, em conjunto com as redes digitais e as mídias sociais, a sensação é de que, metaforicamente, ao pensarmos num relógio, o

² Web 2.0 é o termo designado para a segunda versão da internet. A primeira versão, estática e bem pouco interativa, foi chamada comumente como a internet da informação, já que a direção e hierarquia informacional eram dispostas do produtor para o receptor, sem que esse pudesse participar da comunicação de forma imediata. O aumento do fluxo comunicacional dentro da rede, além da criação da blogosfera, criam a Internet Social.

ponteiro do tempo praticamente encostou no do espaço, já que, atualmente, temos as condições de nos conectar com diferentes partes do globo através de poucos cliques e de forma quase instantânea.

É fato que a evolução dos meios de comunicação está atrelada ao seu caráter tecnológico. Desde a percepção do aparelho fonador pelo ser humano, passando pela prensa de Guttemberg, pelo telégrafo, telefone, rádio, televisão e hoje a internet, é possível ver que a difusão cultural é algo inerente ao poder da técnica, isto é, em como o ser humano consegue utilizar da tecnologia para amplificar e disseminar as informações através do tecido social. Um olhar determinista, de que a tecnologia seria, de alguma forma, a principal causa transformadora social é também descartada por Santaella (2003), que argumenta que, antes de mais nada, devemos ter a convicção de que "os meios de comunicação, desde o aparelho fonador até as redes digitais atuais, não passam de meros canais para a transmissão de informação" (SANTAELLA, p. 24). Nesse sentido, é bastante visível que os processos comunicacionais, no seu poder de difusão simbólica, acabam sofrendo forte influência com o surgimento das novas tecnologias, pois a mudança foi e sempre continuará a ser crucial na trajetória histórica da transmissão cultural: ela altera a base material, assim como os meios de produção e recepção dos quais o processo comunicativo depende, assim como o americano John B. Thompson (2009) nos mostra:

O desenvolvimento das novas tecnologias na esfera das telecomunicações e processamento da informação afetou, profundamente, nos últimos anos, as atividades das indústrias da mídia em inúmeros campos, desde a impressão de jornais até a reprodução da música em fita e disco compacto, desde sistemas computadorizados de acesso à informação até a difusão de programas de televisão por satélite (THOMPSON, 2009, p. 267).

Assim, o caráter inter, multi e transdisciplinar da comunicação, principalmente no seu imbricamento com a tecnologia, se evidencia. Ora, se o comportamento comunicacional é alterado na proporção em que os avanços tecnológicos se dão, é certo afirmar que estudar a comunicação é também revisitar a influência que a técnica exerce no campo, mas não só isso. É importante frisar que os estudos em Comunicação Social não podem e nem devem ser tecnocráticos, algo que fixaria enquanto objeto do campo apenas a técnica e os meios. Eles seriam, talvez, uma das partes desse processo, mas não pode ser só.

Mas como o termo metapolitização tem relação com a influência tecnológica que, principalmente o advento da internet, estabeleceu? Ora, basicamente esse olhar nos

direciona em entender como a influência dos meios de comunicação digitais transformou a base material da transmissão informacional e, em tempos de crise de legitimidade e representação política, como esses novos meios têm influenciado na exacerbada politização sociocultural que surge graças ao que Manuel Castells (2018, p. 5) vai conceber enquanto o rompimento do "vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos", o que, na visão do autor catalão, produz o que denominamos de crise de legitimidade política. Isto é, o sentimento de uma grande parte da população de que os atores do sistema político não nos representam.

Dessa forma, essa força tecnológica que é a internet se torna o grande palco onde mudanças significativas acontecem não apenas nas esferas digitais, mas que tem ecoado e reverberado nas esferas físicas. As jornadas de junho de 2013, no Brasil, assim como a primavera árabe no oriente médio e o movimento 15M na Espanha são marcos históricos de como essas novas mídias ajudaram no processo de metapolitização social e net-ativismo, ou seja, de como as bases técnico-midiáticas ajudaram a consolidar uma ativa cultura política.

A metapolitização enquanto um fenômeno da Comunicação Pública

Para fins de contextualização, a democracia liberal, assim como a concebemos, vem sofrendo duros golpes ao redor do mundo. Essa realidade não se dá só graças aos modelos e meios de comunicação que possuímos na atualidade, mas, principalmente, segundo Manuel Castells (2018), porque os governados não se sentem mais representados pelos governantes.

Dessa forma, o autor continua a sua reflexão destacando que a política, nesse caso, se profissionaliza e os agente públicos, que em outrora deveriam ter o cuidado com a (rés) pública - coisa do povo - defendem seus interesses acima dos interesses daqueles que eles dizem representar (CASTELLS, 2018, p. 5). Essa nova concepção nada tem a ver com dicotomias políticas clássicas como a diáde direita /esquerda ou, posteriormente, conservadores/progressistas, nem tampouco com as divergências de ordem econômica, como a liberalismo/socialismo ou a discussão sobre o Welfare State keynesiano - o Estado de bem-estar social -, mas como uma classe política que, salvo as devidas exceções, que olha apenas para a sua individualidade e dos seus pares, o que permite dizer que a observável crise de legitimidade das democracias liberais transcende

ideologias ou algum sistema de crença regido por valores nobres e, portanto, corretos.

Segundo o sociólogo:

É o que está acontecendo na Espanha, na Europa e em grande parte do mundo. Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos (CASTELLS, 2018, p. 6).

Essa ruptura do modelo representativo - ou de representatividade - é um dos estopins que incendeiam a Comunicação Pública, ou seja, o diálogo potencial entre Estado, governo e sociedade. Nesse sentido, Comunicação Pública se imbrica com o conceito de Comunicação Política, já que o sentido da primeira não está totalmente consolidado e, por vezes, é conflitante (BRANDÃO, 2007). Segundo Elizabeth Brandão, essa é uma das áreas pioneiras relação entre os estudos de mídia e poder:

Comunicação e política é uma relação de raiz desde que a imprensa, as técnicas de comunicação e as pesquisas de opinião começaram a influenciar a vida política das nações. Alvo de grande parte dos estudos contemporâneos, tanto no campo da comunicação quando da sociologia e da política, a área, também conhecida por mídia e política ou mídia e poder, está hoje em verdadeira simbiose com os cenários político, econômico e social, na medida em que a vida na sociedade contemporânea também está, a cada dia, mais “mediada” pela comunicação. Atualmente, mídia é parte do jogo político, econômico e social, e partilha e disputa o poder com ou contra o Estado e com frequência à custa do enfraquecimento do papel do Estado (BRANDÃO, 2007, p. 6).

Outra perspectiva é a de Jaramillo Lopez (OLIVEIRA, 2013, p. 77). Para o autor, Comunicação Pública é fruto da interface entre comunicação e política, de uma suposta participação de todos os potencialmente afetados por um problema público em debates que buscam solucioná-lo e da dinâmica de justificação pública, que objetiva produzir entendimentos e decisões potencialmente justa para todos e a dinâmica desse tipo de Comunicação Pública requer o diálogo e a negociação recíproca em redes de trocas e justificações discursivas que dão origem às esferas públicas.

Assumimos então, enquanto hipótese, de que a metapolitização ao qual nos referimos seria, então, a simbiose entre esse sentido de Comunicação Pública (ou política) e o avanço da técnica sobre o campo da comunicação, amplificando as vozes que em outrora não tinham lugares de reverberação. Ou seja, aquilo que irrompe o silêncio das massas e faz com que manifestações políticas sejam alçadas na internet com reflexos importantes nos espaços físicos. Dessa forma, a esfera pública tem se

transformado significativamente nos poucos anos em que a internet deu voz a esse novo *modus operandi* da ação comunicativa.

A metapolitização enquanto um fenômeno da luta de classes

No capítulo “A democracia merece sobreviver?”, inserido no livro “A rebelião das elites e a tradição da democracia” (LASCH, 1995), o autor propõe o conceito de “classes falantes” e diz que o debate político foi comumente atrelado às elites sociais e, a posteriori, institucionais. Enquanto polos de vanguardismo e liderança social, tanto as elites aristocráticas do passado - que compunham uma cosmovisão idealista tanto da ordem dos costumes, quanto da ordem econômica - quanto as elites atuais, seriam os núcleos norteadores daquilo que se almeja enquanto sociedade. São grupos que detêm a hegemonia nas esferas públicas consolidadas para a discussão política, o que determina uma restrição da participação política ativa da sociedade. Nesse sentido, é fácil acenar que a internet cria essa ilusão de participação do debate público para um público mais espesso e generalizado. Exprime-se uma ideia de um certo empoderamento cidadão por meio da ilusão corriqueira de manifestação dentro desses novos espaços de debates e embates públicos, de ideias e de diferentes perspectivas, mas que, na verdade, nos parece antagônico. Para Antônio Gramsci, existe uma dominação cultural das elites culturais através da falsa ilusão dos meios:

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a "liquidar" ou a submeter também com a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados (GRAMSCI, p. 276 apud SCHLESENER, p. 29) .

Nesse sentido, as classes médias, ocupantes em sua grande parte das recentes mega manifestações no Brasil e no mundo - tais como as jornadas de junho em 2013, os movimentos populares do 15M na Espanha, a primavera árabe nos países do Oriente Médio, o Brexit no Reino Unido, o movimento Occupy Wall Street, além das campanhas presidenciais de 2016 nos EUA, França, entre outros países - se tornam as grande participantes dessa nova onda política e acolhe o discurso das elites liberais como seus. E esse fenômeno não se deu por meio de *advocacy* das mídias convencionais e tradicionais, como a televisão, jornal impresso e rádio, mas, sobretudo, na internet, onde as “guerras digitais” foram e são travadas.

Assim, as características básicas aristocráticas foram mudando de acordo com o tempo. As elites do passado, sem mencionar um determinado período de tempo, é que

gozavam de privilégio de poderem ficar durante várias gerações em um determinado cenário, resistindo ao hábito migratório e fixando raízes, o que propiciava um certo tipo de engajamento social com a comunidade onde estavam inseridas, em detrimento das camadas mais baixas sociais que, diante das ameaças e incertezas da vida, tinham um fluxo migratório mais intenso a fim de buscarem outras oportunidades econômicas, dando sentido à expressão de "nação de andarilhos". Assim, criam-se as famílias tradicionais, o conservadorismo, a cosmovisão elitista cultural, além também de propiciar benefícios políticos, já que detinham o lugar de fala da região ou, aquilo que foi designado por Lasch como "classe falante". A grande diferença para as novas elites, descentralizadas e não caracterizadas apenas por aspectos econômicos (dinheiro e propriedade privada), mas também pelo estilo de vida cada vez mais isolado das outras classes sociais, é o não engajamento nas questões de ordem pública e a redução do cidadão a mero consumidor. Segundo o autor, "a crescente insularidade das elites, significa, entre outras coisas, que as ideologias políticas estão perdendo contato com as preocupações dos cidadãos comuns" (LASCH, 1995, p. 97). Nesse sentido, o debate político tem se transformado, cada vez mais, em um debate fechado e dogmático, em que as ideias circulam e tornam a circular na forma de jargões e reflexos condicionados (LASCH, 1995, p. 97). E é dessa forma que grande parte da sociedade, a saber, as classes médias, saíram às ruas por mudanças políticas, sem bem entender do que se tratava a política, o debate público e a participação social, já que seus movimentos difusos e divergentes foram cooptados por forças conservadoras e liberais. Mesmo assim, a comunicação das massas em divergência com o poder estatal é bastante legítima, já que é uma das bases daquilo que propõe Dominique Wolton ao *Pensar a Comunicação*. Segundo Gil e Nobre, esse pensamento é dividido em três níveis: direto, técnico e social.

O primeiro diz respeito à experiência antropológica que define o ser humano, à medida que ele depende da comunicação para compreender e forjar sua própria experiência. O segundo sentido de comunicação refere-se às técnicas e aos instrumentos que permitiram ao homem superar distâncias, ampliando a sua capacidade de conexão. Os estudos sobre as mídias e sobre as tecnologias da informação muitas vezes se concentram na análise sobre o determinismo dessa dimensão, tanto numa perspectiva otimista (que considera que a atual midiatização interativa sinaliza para a possibilidade de emancipação da comunicação humana), como pessimista (que denuncia o domínio da técnica sobre a visão humanista). Por fim, o terceiro sentido a partir do qual Wolton decide *Pensar a Comunicação* é social, situado aqui como uma estrutura funcional (GIL; NOBRE, 2018, p. 102).

Uma das razões da cooptação e mudança paradigmática no modo de pensar ocidente para o conservadorismo tem razões na crise financeira hipotecária de 2008. Segundo Castells:

Na raiz da crise de legitimidade política está a crise financeira, transformada em crise econômica e do emprego, que explodiu nos Estados Unidos e na Europa no outono de 2008. Foi, na realidade, a crise de um modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais para o desenvolvimento de capital virtual especulativo que impôs sua dinâmica de criação artificial de valor à capacidade produtiva da economia de bens e serviços (CASTELLS, 2018, p. 5)

A crise financeira de 2008 teve papel determinante para a cooptação das forças conservadoras em nível global, já que grande parte das elites globais perderam muito dinheiro no episódio. O historiador estadunidense Timothy Snyder se debruçou sobre a questão profundamente em seu livro “Na contramão da liberdade” (SNYDER, 2019). O autor começa o livro pelo seu prólogo, contestando as democracias contemporâneas sob o viés da crise financeira de 2008 que, segundo o Snyder, "tinha eliminado boa parte da riqueza do mundo, e uma recuperação hesitante estava favorecendo os ricos" (SNYDER, p. 10). O autor afirma:

Este livro é uma tentativa de reconquistar o presente para o tempo histórico e, com isso, trazê-lo de volta para a política. Isso significa tentar compreender um conjunto de acontecimentos interligados em nossa história mundial contemporânea, da Rússia ao Estados Unidos, numa época em que a factualidade em si foi posta em dúvida (SNYDER, p. 19).

Percebe-se que, o segundo ponto daquilo que chamamos por metapolitização seria a despolitização dos atores sociais, já que, em suma, o debate político é, por vezes, demasiadamente simplista em suas análises e influenciado, muitas das vezes, pela afetividade e emoção ideológica de uma cultura de desinformação. As já famosas fake news e o fenômeno da pós-verdade são realidades que implicam pensar no quanto temos uma ferramenta fantástica na mão – a internet – mas ainda não dispomos de educação suficiente para manuseá-la, aquilo que vem se mostrando como ferramenta de ensino, do ponto de vista pedagógico, a educomunicação ou *media literacy* (UNESCO, 2018).

Isso significa dizer que a metapolitização assume um fenômeno comunicativo a partir da ascensão do advento da internet e a sua imbricação com os fatos políticos recentes de âmbito nacional e global tais como, no Brasil, as jornadas de junho de 2013, o impeachment da ex-presidenta Dilma (PT) em 2015 e, por fim, a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) em 2018. Então, metapolitização social significa, entre outras

coisas, a cooptação do pensamento médio social pelas elites hegemônicas que utilizaram da tecnocracia das redes digitais para colonizar o pensamento social em prol de mudança, o que, nesse sentido, leva a uma despolitização, já que, em sua grande maioria, são desprovidas do ferramental de análise sobre as conjunturas políticas de maneira inteligível, organizando o pensamento apenas na esfera da emoção e da afetividade.

Conclusão

Entender os tempos que nos aportam é importante, já que, uma certa mudança paradigmática política veio se ensaiando desde meandros de 2013 no Brasil, as famosas jornadas de junho, que começaram na internet, tiveram um papel inicial de cunho social cujo sentido norteador, a princípio, era um movimento que tinha como objetivo se manifestar contra o aumento do valor do transporte público (o famoso “não são só 20 centavos”). Depois, com uma certa apropriação e cooptação de grupos liberais e ligados à direita (o principal, o MBL, que inclusive plagiou o nome do primeiro movimento a se manifestar contra os preços abusivos e engajados na causa do transporte coletivo, o Movimento Passe Livre, MPL), se transformou em mobilizações de cunho conservador, onde movimentos sociais organizados e patrocinados por grupos de direita, inclusive com a influência de think tanks nacionais e internacionais, conseguiram apelo e força política suficientes para destituírem a então presidenta do Brasil em 2016, Dilma Rousseff (PT), em votação no Congresso Federal. Também é justificável o trabalho na busca de entender as associações possíveis do fenômeno brasileiro com o que se apresenta em caráter global e se são os efeitos da crise econômica que atingiu os países do norte em 2008, naquilo que foi denominada como a crise da bolha imobiliária e hipotecária dos EUA, onde a mão invisível do mercado e o neoliberalismo voraz pararam o mundo como uma das maiores crises econômicas americanas, mas que, ao contrário do *crash* da bolsa de Nova York em 1929, o modelo neoliberal não foi interrompido e alterado.

Assim, os acontecimentos recentes citados acima só foram possíveis graças a essa metapolitização social, que nos parece um fenômeno comunicativo, técnico-midiático, da comunicação pública e também um problema da luta de classes.

Entender a relação das novas tecnologias de comunicação com as instâncias de poder hegemônicas, que se alternam na base de produção sociocultural, ou seja, a mídia convencional e seu poder difusão simbólica, por mais que constituída de convergência

(JENKINS, 2006), não possuem a mesma força que tempos atrás. Nos parece justo que essa metapolitização da sociedade beneficie, em algum sentido, às elites hegemônicas e que o fenômeno em nada aumenta a participação social na esfera política, mas opera com os mesmos preceitos que sempre dominaram a luta de classes historicamente. Para finalizar, é interessante notar que, se a democracia se funda no entendimento entre as pessoas, é interessante perceber que esse entendimento, pelo menos observando pelo olhar empírico nas redes, nos parece claro que as tensões provocadas pela metapolitização racham os consensos, as estruturas democráticas e os tecidos sociais que as compõem. A expressão Comunicação Pública seria assim utilizada para caracterizar um tipo específico de interlocução pautada na troca argumentativa reflexiva e recíproca que configura uma esfera pública (KOÇOUSKI, 2013).

Essa suposta artificialidade das novas elites também levanta questões sobre o desprendimento delas em relação à realidade, já que esses novos grupos habitam um mundo artificial em que as simulações da realidade substituem o que é real. Dessa forma, surge uma nova questão: esse debate político, que usualmente foi atrelado às elites sociais e institucionais (classes falantes), seguiu para onde?

Referências

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar, Rio de Janeiro. Brasil, 2018, 150 p.

CUPANI, Alberto. **A realidade complexa da tecnologia**. Cadernos IHU ideias - Ano XII - V. 12. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2014.

GIL, Patrícia; MATOS E NOBRE; Heloíza. **Uma rota para teoria e prática em comunicação pública: a argumentação como luta cívica por reconhecimento, respeito e justiça**. COMPOL, 2018.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LASCH, Christopher. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Ediouro, 1995.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. COSTA, Carlos Irineu da. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MATOS, Heloíza; MARTINS, Luiz. **Algumas abordagens em Comunicação Pública. Coleção Textos em Comunicação.** Ano I, Vol. I, nº 3. Brasília, DF, novembro de 2003.

RECUERO, Raquel. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial.** Porto Alegre, RS: PUC/RS, 2000.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci.** 3. Ed. – Curitiba, PR: UFPR, 2007

SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano.** Revista FAMECOS, Porto Alegre, dezembro de 2003.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas.** Companhia das letras, São Paulo, 2019.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 431 p. ISBN 978832614841.